

A Colonização e o Desenvolvimento Capitalista do Brasil

André Moreira Cunha¹

1. Introdução

O objetivo do presente texto é discutir alguns aspectos do período da colonização brasileira que nos permitem compreender a evolução da nossa economia enquanto um movimento histórico dotado de elementos específicos - mas não necessariamente únicos - diferentes dos verificados em outros países. Nos interessa a perspectiva de que em algum momento o Brasil passou a ter um desenvolvimento que é capitalista. Porém, sem reproduzir de forma meramente reflexa as “etapas do desenvolvimento” verificadas nos chamados países desenvolvidos. Vale dizer: tivemos um desenvolvimento capitalista, porém dotado de especificidades que o tornaram uma experiência distinta, cujas características desdobram-se ao longo da nossa história, com reflexos que atingem os nossos dias.

Inicialmente apresentaremos o conceito de “capitalismo tardio”, que é peça central para a compreensão do desenvolvimento capitalista da nossa economia. Ele é essencial enquanto um anteparo analítico ao segundo momento deste texto, onde analisaremos o período colonial. Exploraremos o sentido desta colonização, ocorrida no momento de gestação do modo de produção capitalista na Europa Ocidental, e suas características básicas. Seguem algumas conclusões.

Deixamos em anexo duas discussões teóricas fundamentais: (i) no anexo 1, a exposição de mediações analíticas e históricas, a partir de uma visão marxiana, caracterizando o processo de gestação do capitalismo; (ii) no anexo 2, uma discussão sobre a definição do regime de produção especificamente capitalista².

2. O Desenvolvimento Capitalista do Brasil: Enfoque a Partir do Conceito de “Capitalismo Tardio”.

Pretendemos aqui fazer uma breve exposição sobre o conceito de capitalismo tardio ou retardatário (MELLO, 1991, OLIVEIRA, 1985), que entendemos ser chave para uma compreensão mais ampla do processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira. Como veremos ele

¹ Mestre e Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP, professor licenciado da Unisinos.

retém a idéia básica de que aquele apresenta características específicas, na medida em que verificamos duas situações: (i) a constituição local do modo de produção especificamente capitalista³, que se dá com a industrialização pesada a partir da década de 1950, ocorre no período monopolista da evolução do capitalismo mundial; (ii) e, constitui-se sobre uma estrutura econômica e social de passado colonial. Por conta disto o nosso desenvolvimento torna-se problemático⁴ distinto daquela verificada nos países ditos desenvolvidos, cuja industrialização se deu nos períodos da acumulação primitiva e concorrencial⁵, a partir de estruturas herdadas de um passado feudal.

2.1 Aspectos Conceituais

Autores como Cardoso de Mello (1991), Oliveira (1985) e mesmo Caio Prado Jr (1989) nos fornecem uma alternativa metodológica para o estudo do tipo “especial” de desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil. Normalmente, eles partem da crítica ao generalismo e determinismo dos modelos clássicos de desenvolvimento, sobre a qual se ergue uma “teoria do desenvolvimento econômico”, típica do pós Segunda Guerra Mundial - Rostow e Lewis são os principais destaques - que em última instância apresentam a trajetória dos países desenvolvidos como algo paradigmático, a

²Recomendamos fortemente a leitura destes anexos para uma melhor compreensão do texto.

³ O conceito de regime de produção especificamente capitalista tem em Marx uma comotação teórica e, também, histórica. Do ponto de vista teórico temos uma regime especificamente capitalista a partir do momento em que o trabalho subordinase de forma real, e não mais apenas formal, ao capital. Do ponto de vista histórico isto ocorre a partir do momento em que constituem-se as forças de produção especificamente capitalistas, vale dizer, com o advento da industrialização pesada, quando o setor produtor de bens de capital deixa de ser manufatureiro, ou seja, quando as máquinas passa a ser produzidas por meio de máquinas. Para maiores detalhes ver o Anexo 2, deste trabalho.

⁴ Temos em mente três questões centrais. Em primeiro lugar a questão do financiamento, cujos gargalos são recorrentes e acabam por implicar num crescente endividamento do Setor Público - é o Estado que assume o papel de intermediador financeiro, responsável pela sustentação do crédito de longo prazo, básico para a acumulação local - cujo desdobramento maior, a partir da crise da dívida de 1982, será a forte instabilidade econômica nos anos 80 e 90. Em segundo lugar temos a questão da endogenização tecnológica, onde a nossa industrialização teve dificuldades em internalizar um núcleo dinâmico capaz de dar conta das crescentes demandas de modernização produtiva - especialmente a partir dos anos 80, com a emergência do paradigma microeletrônico. E, por fim, o problema da exclusão social, da dificuldade histórica de integrar na “sociedade de mercado” significativas parcelas da população local, configurando um quadro de marginalização social, que tende a se agravar. Esses três pontos estão diretamente vinculados ao momento histórico de nossa industrialização, onde as demandas financeiras e tecnológicas eram maiores e, portanto, maior o preço a pagar pelo desenvolvimento, e/ou ao nosso passado colonial.

⁵ Podemos entender o período da acumulação primitiva como aquele que precede a formação do modo de produção capitalista. Nele as forças produtivas especificamente capitalistas ainda não estão plenamente constituídas, de forma que o trabalho encontra-se apenas formalmente subordinado ao capital (ver Anexo 2). Do ponto de vista da experiência histórica concreta da industrialização originária inglesa, podemos associar a acumulação primitiva ao longo processo onde gestaram-se as condições para a emergência das relações capitalistas, com a constituição, por um lado, de uma classe de expropriados, e de outro, dos detentores de produção. O caráter primitivo desta acumulação está no fato de que esta valeu-se de forças extra-econômicas - o poder do Estado para garantir a expropriação dos pequenos produtores rurais, via cercamento dos campos; a exploração colonial; o tráfico negreiro; as pilhagens e saques etc (vide Anexo 1).

ser repetido pelos demais países. Existiriam fases pré-determinadas e formas de ultrapassar essas fases, de modo que o desenvolvimento torna-se um processo único e universal, desprovido de história, pelo menos no sentido em que está se apresenta como definidora de distintas trajetórias possíveis, não sendo um mero invólucro para a realização dos modelos abstratos.

Como forma de superação desta abordagem “determinista” do desenvolvimento, tais autores acabam, de uma forma ou de outra, partindo para a utilização de categorias analíticas marxianas, cuja virtude maior está na possibilidade de se compreender a especificidades dos distintos processos de desenvolvimento capitalistas, sem cair no “generalismo” ou no “cada caso é um caso”, a partir uma perspectiva teórica onde o econômico, o social e o histórico estão geneticamente embricados.

Na realidade, as noções, já clássicas, de Rostow e Lewis dão conta de que o desenvolvimento é um processo eminentemente técnico, onde busca-se os determinantes da passagem de uma "sociedade tradicional" para uma sociedade madura, industrializada⁶. Seus condicionantes econômicos (capacidade de financiamento da passagem, criação de mercados, criação das infra-estrutura básica etc) estão dissociados dos não econômicos (formação de uma elite modernizante/industrial capaz de liderar o processo), o que impossibilita a visualização do desenvolvimento enquanto um processo integrado, com nuances econômicas e sociais, determinado historicamente. Com isso, a chamada teoria do desenvolvimento torna-se incapaz de perceber as especificidades dos processos de desenvolvimento em diferentes países/regiões, em distintos períodos. A confrontação entre o econômico e o social - possível na abordagem marxiana que

⁶“ O processo de desenvolvimento econômico aparece como a passagem da sociedade tradicional, ao que Rostow chama de maturidade industrial. A sociedade tradicional *‘possui economia essencialmente agrícola que utiliza métodos de produção mais ou menos fixos, que poupa ou investe produtivamente pouco mais do que o necessário para cobrir a depreciação’*..... A maturidade industrial é *‘a história prolongada e flutuante do progresso econômico sustentado. O capital total per capita aumenta à medida em que a economia amadurece. A estrutura econômica se transforma cada vez mais.....Entre a sociedade tradicional e a maturidade industrial configuram-se dois momentos: as condições prévias para a decolagem e a decolagem. As condições prévias exigem o cumprimento de três requisitos. A agricultura deve passar por transformações de modo a capacitá-la a desempenhar três funções fundamentais: ‘deve ministrar ao setor moderno grande quantidade de alimentos, amplos mercado e grande oferta de fundos financeiros’.* Além disso há a necessidade de desenvolver o capital social básico, representado principalmente por inversões em transportes e comunicações, ressaltando-se o papel dos governos. Finalmente, devem ocorrer transformações de ordem não-econômica, consistentes na *‘conveniência de uma nova elite social, uma nova direção, à qual deve-se conceder um amplo campo de ação para dar início à edificação de uma sociedade industrial moderna’.* Cumpridos esses pré-requisitos, a sociedade está preparada para ingressar na revolução industrial, caracterizada pelo: *‘1^a) Um aumento da taxa de inversão produtiva de 5% ou menos, para 10% ou mais da renda nacional (ou produto nacional líquido; 2^a) o desenvolvimento de um ou mais setores essencialmente manufatureiros que tenham alta taxa de crescimento; 3^a) A existência, ou rápida criação, de estrutura política, social e institucional que aproveite os estímulos da expansão no setor moderno.’* Já *“Lewis vai tratar de um ponto mais específico, concentrando-se no que lhe parece o problema central: ‘... a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se em uma economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional ou mais.’* (OLIVEIRA, 1985, p.1-3)

encara o capital enquanto uma relação social - pode gerar distintos resultados, dadas as distintas condições históricas que servem de substrato concreto para os específicos desenvolvimentos.

Ressaltamos: ao se negar a validade analítica dessa visão tradicional da teoria do desenvolvimento busca-se, ao mesmo tempo, a compreensão deste fenômeno não como algo abstrato e, portanto, universalmente válido (como pretende Rostow). Ao contrário, entende-se os processos de desenvolvimentos, enquanto: capitalistas, específicos e historicamente determinados. Essa é a alternativa proposta por Oliveira (1985), Mello (1991) e, ainda que não trabalhe com o conceito de capitalismo tardio, Caio Prado Jr. (1989).

Assim, considerando-se duas mediações básicas, a estrutura econômica sobre a qual irão se desenvolver as forças produtivas capitalistas e o momento histórico em que isso ocorre, vale dizer a etapa do capitalismo mundial, poderemos derivar os distintos tipos de “desenvolvimento capitalista”. Mais especificamente, temos:

(1) Estrutura Econômica - é a primeira mediação histórica necessária ao entendimento do surgimento do capitalismo em qualquer país. É fundamental se entender o regime de produção que precede a formação do capitalismo, já que os impulsos deste produzem diferentes dinâmicas sociais, de acordo com a estrutura econômica anterior.

(2) Etapa de Desenvolvimento do Capitalismo Mundial - enquanto a estrutura econômica define a situação local do país que virá a ser capitalista, a etapa do capitalismo em nível mundial define o contexto de inserção internacional que influenciará esse processo. Ao mesmo tempo em que "(...) a natureza e o ritmo dos movimentos dos relações internacionais são determinados, em última instância, pelo processo de acumulação das nações dominantes(...)" (OLIVEIRA, 1985, p.85), a evolução das economias nacionais está imbricada neste sistema internacional sem, contudo, ser um mero reflexo dele.

Com esse duas mediações pode-se pensar em construir relações mais gerais, que não tenham a pretensão de ser uma lei geral do desenvolvimento capitalista e, que não caiam no especificismo do tipo "cada caso é um caso". Não sendo absolutas as especificidades, "(...) a identificação das circunstâncias históricas nos permite reduzir a multiplicidade dos capitalisms nacionais a certos padrões de formação do capitalismo em diferentes nações." (OLIVEIRA, 1985, p.86). Podemos ter então: (i) capitalismo originário -> passado feudal + etapa da acumulação primitiva, que é o caso da Inglaterra; (ii) capitalismo atrasado -> passado feudal + etapa concorrencial, são exemplos Alemanha, França etc; (iii) capitalismo tardio ou retardatário -> passado colonial + etapa monopolista, são exemplos os países da América Latina.

2.2 A Ligação Entre o Conceito de Capitalismo Tardio e a Questão da Colonização.

Com relação ao nosso objetivo maior que é a compreensão do desenvolvimento brasileiro enquanto um processo dotado de especificidades marcantes, podemos afirmar que: (i) o estudo do período colonial torna-se essencial pois é sobre esse “passado” que conforma-se uma certa estrutura econômica, dotada de características próprias, distintas das estruturas que emergem de um passado feudal; (ii) sobre essa estrutura irá se desenvolver uma economia capitalista, cujo ponto culminante estará na emergência de forças produtivas especificamente capitalistas, com a “industrialização pesada”, a partir da segunda metade do século XX;

A questão da industrialização e todos os seus desdobramentos não será tratada neste texto. Concentrar-nos-emos, aqui, em aprofundar a problemática da colonização, tendo em mente o conceito central de capitalismo tardio, que será o elo de ligação com uma futura discussão sobre a industrialização.

3. A Colonização: Sentido, Características e Desdobramentos

3.1 Visão Geral

Procuraremos agora verificar a essência do processo de colonização, tendo em vista que esse período (séc. XVI-XVIII) marca a constituição dos fundamentos da nossa nacionalidade. Para tanto, nos propomos a explorar o conceito de "sentido da colonização", enquanto categoria analítica central para o entendimento das características básicas da estrutura colonial.

A percepção de Caio Prado Jr. (1969) que identifica o sentido da colonização - dos trópicos - como sendo o de uma vasta empresa comercial colada à um amplo movimento de expansão comercial européia intensificada a partir do século XV, capta apenas parcialmente a essência das transformações da época. Na realidade tal expansão comercial é apenas uma dimensão de um processo maior, que foi o da constituição do modo de produção capitalista.

Não é nossa intenção explorar todas as facetas do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, e muito menos descer à concretude dos dados históricos que ilustram seus conflitos, características fundamentais e especificidades entre as diferentes nações. O que queremos é mostrar a colonização como um elemento constitutivo do processo de acumulação primitiva para, a

partir daí, destacar suas características mais gerais, e que no Brasil, marcaram a face de uma nação ainda em gênese.

3.2 O Sentido da Colonização

Marx chama de acumulação primitiva o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção ou, sob outro ponto de vista, que concentra a riqueza nas mãos de poucos a partir da expropriação de muitos. Tal acumulação é anterior à plena constituição do modo capitalista de produção, não respeitando sua lei de "equivalência" - lei do valor - base sob a qual o capital autonomiza-se. É, portanto, primitiva, e sujeita à anteparos extra-econômicos⁷, necessários para alavancar a inicial expansão do capital, então em forma predominantemente mercantil. Um destes mecanismos de alavancagem foi o sistema colonial. Busquemos investigar então, a formação deste (Novais, 1989) e sua funcionalidade dentro do processo de acumulação primitiva, para no final podermos extrair um conceito mais completo para o sentido da colonização.

Uma característica fundamental do período de transição do feudalismo para o capitalismo, foi a crescente mercantilização, ou em outras palavras, uma expansão crescente do capital comercial. O impacto da economia de mercado sobre a antiga estrutura feudal detona uma série de tensões, cujo desfecho materializa-se na formação dos estados nacionais absolutistas, o que representou a unificação territorial e dos mercados, e a centralização política. O capital comercial, antes preso nos limites das cidades e, portanto, em meio a conflitos de toda ordem - que envolviam nobreza, campesinato, clero, realeza, burguesia nascente e artesanato urbano (Oliveira, 1985) - passa a ter uma base de apoio mais ampla para sua expansão⁸. A centralização de poder financeiro e militar nas mãos do estado nacional possibilita então, o rompimento dos estreitos limites da valorização do capital comercial em território europeu, o que resulta na expansão marítima que constitui o antigo sistema colonial.

A colonização é, portanto, um fenômeno decorrente da crescente mercantilização que marcou o período de crise do feudalismo, e de sua transição para o capitalismo. É uma resposta capitaneada pelo nascente estado nacional absolutista às tensões sociais e lutas concorrenciais. Faz

⁷Do qual são exemplo a expropriação dos camponeses, e toda a legislação que a garantiu; o rebaixamento "legal" dos salários; a proteção dos recém formados estados nacionais absolutistas, que garantiram a unificação do mercado nacional, além da expansão comercial marítima, os monopólios, o protecionismo, a dívida pública, os pesados impostos etc (Marx, 1989).

⁸Não é a toa que Portugal, de precoce unificação política e territorial, lança-se à frente na corrida marítima.

parte da expansão comercial europeia, como já havia apontado Caio Prado Jr. mas, acima de tudo, está profundamente marcada pelo movimento mais geral de constituição do modo de produção capitalista⁹. É provocado pela ânsia de expansão do capital comercial, mas ao mesmo tempo a alimenta, dada a ampliação do seu espaço de valorização. Em síntese:

" A conformação do antigo sistema colonial aparece como momento essencial para o avanço do capitalismo na Europa. A valorização do capital comercial é dinamizada pela nova malha de circuitos entre colônias e metrópoles, ao mesmo tempo que a entrada de produtos coloniais estimulava o comércio entre as próprias nações europeias. O mercado colonial servia de alavanca para o desenvolvimento da produção mercantil das metrópoles, particularmente da produção manufatureira. Finalmente, a entrada maciça de metais preciosos da América vinha permitir a superação da "*depressão monetária*" que dificultava a circulação mercantil na Europa na fase de crise do feudalismo." (Oliveira, 1985, p.97)

Mas não basta que saibamos que a conformação do antigo sistema colonial foi uma peça chave para o desenvolvimento do capitalismo, é necessário também entender suas características básicas, pois só assim compreenderemos o verdadeiro sentido da colonização. O comércio estava na base das relações entre metrópole e colônia. A montagem do aparato institucional que viabilizou a funcionalidade do antigo sistema colonial, tinha por objetivo maximizar a apropriação do excedente gerado nas colônias, em benefício das metrópoles. Seu mecanismo básico era o "exclusivo metropolitano" (Novais, 1989), ou seja, a garantia de reserva do mercado colonial para as respectivas metrópoles. Buscava-se a apropriação do sobre-produto das economias coloniais, através da redução à níveis mínimos dos preços de compra dos seus produtos *vis-à-vis* uma elevação a níveis máximos dos preços de venda dos produtos da metrópole. Ao mesmo tempo, esse lucro mercantil podia ser potencializado em território europeu, através da venda dos produtos coloniais a preços vantajosos. O que temos então, é a concentração de excedentes nas mãos de uma classe mercantil ascendente, que podia explorar as vantagens do monopólio - ou quase monopólio - tanto no lado da oferta, quanto no da demanda. O importante a ressaltar é a funcionalidade desses recursos no processo de acumulação primitiva, pois impõe-se a lógica do

⁹"Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarinha e colonização são, portanto, partes de um todo, interação reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo a tradição, Antigo Regime. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista" (Novais, 1989, p.66)

"comprar barato para vender caro", típica da valorização do capital mercantil, e que possibilitará a eclosão da Revolução Industrial¹⁰. Dentro dessa mesma visão fica fácil de se entender o papel também importante do tráfico negreiro na engrenagem da acumulação. Marx (1989) e, principalmente Novais(1989) colocam o comércio de escravos africanos - e os vários circuitos mercantis que se estabeleceram - como importante fonte de valorização do capital mercantil, através da geração de significativos lucros comerciais. Não seria vantagem, dado o princípio de buscar-se a máxima apropriação de recursos da colônia, que fosse internalizado o comércio de mão de obra escrava, pela exploração do indígena. Não só os recursos ficariam endogenizados na colônia, como se perderia a oportunidade de aproveitamento da exploração cativa da demanda colonial por mão de obra.

Neste ponto faz-se necessário uma breve exposição - que será aprofundada na segunda parte do trabalho - das características básicas da estrutura produtiva característica do sistema colonial. Estrutura esta, sob a qual atuava o mecanismo do exclusivo. Assim, tendo sempre como pano de fundo o movimento da acumulação primitiva, o sistema colonial tinha o objetivo de colonizar para o capital. Isto significava a necessidade da exploração mercantil de produtos que tivessem valor comercial nos mercados europeus. Tais eram os produtos ditos tropicais, como a cana, o tabaco, o algodão, o anil etc, e os metais preciosos. Toda a organização da base material deveria girar em torno desta produção, o que gerava o caráter de vasta empresa comercial, ressaltada por Caio Prado Jr. A monocultura, as grandes propriedades e a utilização do trabalho compulsório (no limite, a escravidão) foram, portanto, uma consequência da face eminentemente mercantil que marcou a colonização dos trópicos, e mais do que isso, da dimensão expansiva do capital, que às vésperas da sua autonomização - leia-se: da constituição do modo de produção especificamente capitalista, com a revolução industrial - invadiu a esfera produtiva das colônias e lhe imprimiu sua dinâmica valorativa (mercantil, ainda).

¹⁰Não faz parte das pretensões do trabalho investigar as condições para o desenvolvimento do capitalismo originário, na Inglaterra. Poder-se-ia questionar como os excedentes coloniais concentrados nas mãos da classe mercantil ascendente das metrópoles - e foram Portugal e Espanha as duas potências colonizadoras pioneiras, e não a Inglaterra - possibilitaram a eclosão da revolução industrial neste país. Lembramos que já no século XVII a Inglaterra foi extremamente beneficiada por acordos mercantis com Portugal, cuja fragilidade política lhe obrigou à "transferir" muitas de suas vantagens de "exportância" para aquele país. O mesmo se deu com a Holanda em relação à Espanha. Assim, pode-se raciocinar em termos de que esse volume de capital, a se valorizar nos circuitos mercantis de um mercado agora mundial - pelo advento do sistema colonial - foi drenado pela potência em ascensão, a Inglaterra, facilitando a sua primitiva acumulação de capital. Além disso, a Inglaterra participou ativamente no lucrativo tráfico negreiro (Novais, 1989; Marx, 1989).

Agora estamos prontos para descortinar a essência do conceito de sentido da colonização. Vimos como, num plano mais alto de abstração, a montagem do sistema colonial fez parte do processo de acumulação primitiva. Em seguida buscamos captar os principais movimentos deste processo, no que se referia, exclusivamente, à expansão colonial. Por fim, apontamos as principais características da dinâmica colonial. Como resultado temos, que a colonização transcende uma dimensão meramente comercial - o que transparece nas análises clássicas de Caio Prado (1969) e também Celso Furtado (1976) - que indicaria o caráter da exploração da metrópole sobre a colônia. O processo é mais complexo, pois é uma classe específica - a burguesia mercantil - quem comanda a expansão do capital. A exploração é sobre a colônia, mas também sobre outros setores dentro da metrópole. A expansão é comercial, mas é também, e acima de tudo, expansão do capital, que busca ampliar suas fronteiras de valorização, que busca autonomizar-se. Tudo o mais são dimensões, facetas deste macro-processo que irá culminar na revolução industrial. Com isso, o conceito de "sentido da colonização" torna-se a categoria analítica básica para entendermos que a montagem do sistema colonial está preso - é explicado e ao mesmo tempo explica - ao todo maior, revolucionário, que é a formação do modo capitalista de produção¹¹. A partir disto todo o resto se desdobra, ou seja, só poderemos entender as especificidades da colonização - dos trópicos, a partir do séc. XVI - se atentarmos para o seu sentido último. Integra-se o objeto no todo, e somente desta colagem emana a possibilidade da compreensão correta dos fenômenos que se sucederam nas origens daquilo que viria a ser o Brasil.

3.3 A Colonização no Brasil: Características Gerais e Desdobramentos

Entendido seu sentido, nos propomos agora a identificar as características mais gerais da nossa colonização. O enfoque será para as dimensões materiais e sociais, amalgamadas em torno deste sentido último, da busca de máxima valorização do capital mercantil. Montou-se aqui, por consequência, uma certa estrutura de reprodução material. Sobre esta, surgiu uma organização social típica. A face que se desenha para a futura nação mostrar-se-á marcada por esta interação, e certos elementos de persistência que atingem a nossa contemporaneidade podem estar aí originados.

¹¹ "Os novos elementos introduzidos em nossa análise, estado nacional, colônias, mercado mundial colocam a questão da natureza das relações que estabelecem entre si. Como vimos, as colônias significaram a conquista do mundo para o comércio europeu, uma poderosa alavanca para a acumulação do capital mercantil(...) que resulta na revolução industrial(...) Assim, *o sistema conformado por metrópoles e colônia deve ser analisado como uma única totalidade(...)*" (Oliveira, 1985, p.98-99, grifos nossos)

Como já havíamos apontado acima, a organização da produção colonial assentou-se sobre o tripé: grande propriedade, monocultura e trabalho compulsório - aqui, a escravidão. Tais elementos, típicos de toda exploração tropical, são derivados da necessidade de produção em grande escala de produtos capazes de proporcionar um alto retorno mercantil nos mercados europeus, num ambiente físico a princípio hostil, e estranho ao colonizador europeu. A empresa nos trópicos deveria garantir o maior retorno possível para os capitais aqui empatados. Seus dirigentes - empresários - não viriam para cá a fim de "trabalhar", viriam para empreender, para estar à frente de um vultuoso negócio. A falta de mão de obra, e a possibilidade de que em vindo o colono europeu, este teria a opção de ocupar a vastidão do novo território, ao invés de se submeter ao trabalho assalariado (se isso ocorresse os salários seriam incompativelmente elevados), impôs a necessidade da utilização do trabalho compulsório - no nosso caso, da mão de obra escrava predominantemente de origem africana. Ora, estava claro desde o começo que o objetivo não era o simples povoamento, com a constituição de uma sociedade de pequenos produtores e camponeses, de forma a reproduzir o padrão de vida europeu. Isto ocorreu nas colônias americanas do norte, de clima temperado. Dos trópicos o que se exigia era sua integração funcional aos interesses mercantis da metrópole. O que se esperava da mão de obra, era o máximo dispêndio de força física, imposta pelo tipo de exploração que aqui se realizava. A introdução do estatuto da escravidão em plena época de "libertação" da trabalho na Europa, pode até parecer um contra-senso, dado seu anacronismo com relação aos padrões morais e sociais então vigentes. Por outro lado, se percebemos o trabalho compulsório, na sua versão extrema da escravidão, como imposto pelas necessidades de valorização, no contexto de um mundo imerso no processo de acumulação primitiva, fica claro que "libertação" na Europa e escravidão nos trópicos são duas faces da mesma moeda.

A grande propriedade, ou melhor, a grande exploração monocultural é resultado, também, deste caráter mercantil e exógeno da produção colonial. Não podemos deixar de entendê-la com estando colada à um centro dinâmico, cujo movimento imprimia os estímulos ao qual nos submetíamos. Desta forma nossa agricultura era marcada pela exploração extensiva e especulativa, subordinada às condições do mercado internacional (principalmente sua demanda, mas também a oferta - condições de concorrência, como no caso do açúcar no século XVII) e à disponibilidade de recursos naturais. A instabilidade - que exploraremos mais adiante - e o caráter cíclico da produção fica inteligível a partir desse prisma: a produção de um determinado produto, e toda a estrutura montada à sua volta - ocupação da terra, mobilização de recursos e mão de obra, infra-estrutura básica etc - só possuía funcionalidade enquanto atrelada aos circuitos mercantis principais, ou seja,

enquanto pudesse cumprir sua função essencial de valorizar o capital em seu nível máximo. A reprodutibilidade do sistema, e a possibilidade deste cair um estado de letargia, caracterizado pela subsistência - sub-utilização dos fatores antes mobilizados para a plena produção colonial (Furtado,1976) - estão, então, vinculados à potencialidade mercantil efetiva do produto em questão, ou seja, sua capacidade de gerar lucros no mercado externo.

As demais atividades da colônia eram meramente subordinadas ao núcleo central, este sim ligado ao comércio internacional de produtos tropicais e metais preciosos. Por suposto era objetivo da metrópole desestimular, para não dizer proibir, toda e qualquer atividade que deste objetivo se desviasse. Somente aquela produção extremamente essencial, e que não pudesse ser atendida diretamente pela metrópole - dentro do esquema do "exclusivo" - era aceita. Um lavoura básica de subsistência, uma incipiente produção artesanal dentro dos grandes núcleos agrícolas, e a pecuária - responsável pela interiorização e expansão das nossas fronteiras - constituíram-se na atividades básicas de apoio ao "setor exportador".

Com esse tipo de organização econômica, surgiu na colônia uma sociedade dual, parte dela integrada organicamente ao sistema colonial montado e, portanto, plenamente funcional quanto aos interesses da metrópole - ajustada ao "sentido da colonização" - e outra parte marginalizada, pela sua incapacidade de se "colar" ao sistema, ou pelo fato de ter se "descolado" deste.

O setor orgânico da sociedade organizava-se em torno do clã patriarcal, unidade celular da sociedade colonial. No clã materializava-se a estrutura econômica acima desenhada, ou seja, era a grande propriedade, de exploração extensiva, monocultural e com utilização de mão de obra escrava. Mas além desta dimensão econômica, o clã representava o poder e a organização social, dentro de uma sociedade marcada pela dispersão¹², e onde o poder central da metrópole - e, portanto, sua estrutura administrativa - tinha por objetivo último garantir os interesses fiscais do erário real.

A escravidão constituiu-se, na opinião de Caio Prado (1969), no cimento que amalgamou o tecido social que aqui estava se formando. São muitas as implicações deste fato, cujo amplo espectro cultural, antropológico, psicológico etc, escapam ao escopo deste trabalho, donde nossa opção por pinçar algumas conseqüências mais gerais de ordem econômica e social. Assim, no nosso entendimento a conseqüência mais marcante do estatuto da escravidão e de sua ampla disseminação

¹² Dentro dos limites da grande propriedade, no dia a dia das atividades coloniais, é que se dava o contato entre os distintos elementos formadores da sociedade brasileira. É neste espaço que desenrolam-se os dramas humanos, formam-se os laços afetivos, amalgama-se as especificidades que nos caracterizam, enfim, que forma-se um caráter cujos traços essenciais persistem em nossa nacionalidade.

na vida econômica do país, foi a asfixia sofrida pelo trabalho livre e, por decorrência, limitações de absorção de camadas inteiras da população nos setores dinâmicos da sociedade. Note-se bem, não é a escravidão em si o problema, mas sim a constituição de um sistema produtivo escravista, ou seja: a constituição de uma base produtiva calcada na utilização do trabalho escravo, com quase nenhum espaço para o trabalho livre. Com isso, dentro do clã patriarcal temos que o senhor, sua família e alguns agregados (que ocupavam o pouco espaço reservado ao trabalho livre), e mais a mão de obra escrava, estavam perfeitamente integrados econômica e socialmente à estrutura da sociedade colonial. Já aqueles que não tinham recursos econômicos para ter um plantel mínimo de escravos, e daí poder levar à diante a empresa colonial, e também não conseguiam se inserir no clã, estavam fadados à marginalidade. Isto é agravado ainda mais pelo sentido desabonador e humilhante que o trabalho passou a ter, já que identificado com a figura do escravo. Para completar o quadro, a autonomia econômica dentro dos clãs - onde se produzia de quase tudo no que concerne às necessidades básicas - e a inexistência de núcleos urbanos significativos¹³ reduziam ainda mais o espaço para o trabalho livre.

Essa população marginalizada faz parte então, do setor inorgânico da sociedade colonial. Tal setor tem por característica essencial a incapacidade de se ligar funcionalmente ao eixo dinâmico central da economia - sob o qual gira o setor orgânico. Além da escravidão que marca a vida social e o sentido atribuído ao trabalho, a instabilidade das atividades econômicas da colônia torna-se um fator explicativo chave na compreensão da marginalização social. Como já havíamos apontado acima, a partir do sentido imprimido à organização das atividades coloniais, montava-se uma estrutura de produção num determinado espaço físico, a qual estavam ligadas atividades de apoio (como a pecuária e a lavoura de subsistência, por exemplo), e que objetivava a exploração intensiva dos potenciais mercantis (em termos do mercado internacional) de um determinado produto. Quando este produto perdia esse potencial - e este é o caso da cana, em fins do séc. XVII, e da mineração em seu declínio - aquela estrutura perdia sua razão de ser, posto que descolada do seu sentido último - valorização máxima do capital mercantil. Esfacelava-se a vida econômica e social de regiões inteiras, marginalizando-se aqueles indivíduos que não possuíam recursos suficientes para uma nova

¹³ No período da mineração a urbanização é potencializada, e mais do que isso estabelecem-se conexões mercantis - via pecuária - que liga os mercados do centro às regiões afastadas, como o sertão nordestino e o pampa gaúcho. Esboça-se a formação de um mercado nacional (Furtado, 1976). Isto não desabona o raciocínio exposto, principalmente se considerarmos a posterior decadência dos centros mineiros.

empresa¹⁴, ou que já antes simplesmente flutuavam em torno dos pólos de prosperidade e estabilidade.

Concentração da riqueza no setor orgânico da sociedade, ou, mais especificamente, na classe dos senhores rurais de um lado; marginalidade social dos que ficavam fora dos circuitos mercantis de outro. Este é o retrato da nossa colonização, consolidado ao longo de três séculos (XVI-XVIII). No mesmo período o mundo ocidental assiste à sua maior transformação, com o pleno desenvolvimento do capitalismo. Somos, portanto, parte de um todo em transformação. A consolidação da revolução industrial na Europa, e a formação do estado nacional brasileiro - já no séc. XIX - marcam o próximo capítulo da nossa história. A interação com o todo permanece, mas sua funcionalidade se modifica - o que já é tema para outro trabalho.⁹

4. Conclusão

Desenhou-se no período colonial uma sociedade eminentemente dual, parte dela capaz de se integrar, de acompanhar as mudanças cíclicas e prosperar. A outra parte, marginalizada, sem acesso aos núcleos dinâmicos de desenvolvimento. Concentração da riqueza e marginalidade social são, portanto, elementos de persistência, originados na estrutura colonial aqui montada. Não foi o acaso, ou uma vocação histórica para a desigualdade que as produziu. Foi sim, a inserção que a nossa colonização teve no amplo movimento de constituição do modo de produção capitalista. Imersos na lógica da acumulação primitiva, nossa gênese enquanto nação foi marcada por um "sentido" a nós alheio, que não atentava para o desenvolvimento endógeno da nossa sociedade, para a integração funcional de toda a sua população.

¹⁴ "Um último fator, finalmente, traz a sua contribuição, e contribuição apreciável de resíduos sociais inaproveitáveis. É a instabilidade que caracteriza a economia e a produção brasileira e não lhes permite nunca assentarem-se sólida e permanentemente em bases seguras(...) essa evolução por arrancos, por ciclos em que se alternam, no tempo e no espaço, prosperidade e ruína, e que resume a história econômica do Brasil-colônia. As repercussões sociais de uma tal história foram nefastas: em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará então a vegetar à margem da ordem social." (Caio Prado Jr, 1969, p.285-6)

⁹ Como última observação cabe ressaltar a visão de Caio Prado (1966), que vê a trajetória do Brasil-colônia ao Brasil-nação, como um movimento de crescente endogenização. Nascemos voltados as atendimentos de interesses exógenos, e do período colonial herdamos a marginalidade - potencializada pela libertação dos escravos - e a concentração da riqueza. Com o passar do tempo, e o crescimento quantitativo e a diferenciação qualitativa da nossa população, foi crescendo a necessidade de se atender ao clamor de desenvolvimento interno demandado pelas novas circunstâncias. O rompimento com as heranças do passado colonial viria com a integração das populações que ficaram, ao longo da história, à margem do crescimento. Industrialização voltada para os atendimentos das necessidades da sociedade, e integração dos marginalizados num forte e dinâmico mercado interno, seria esta a verdadeira revolução brasileira.

5. Bibliografia

- FURTADO, Celso (1976). Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional.
- MARX, Karl (1969). Capítulo IV Inédito do O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Editor Moraes.
- MARX, Karl (1973). Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Gundrisse). México: Siglo Veinteuno.
- MARX, Karl (1989). O Capital: Crítica da Economia Política, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- NOVAIS, Fernando A. (1986). Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V.B. (orgs.) (1986) Inteligência Brasileira. São Paulo: Brasiliense.
- NOVAIS, Fernando A. (1989). Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (1985). O Processo de Industrialização - Do Capitalismo Originário ao Atrasado. Campinas: UNICAMP-IE (mimeo).
- PRADO JR., Caio (1969). Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO JR., Caio (1966). A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO JR., CAIO (1989). História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro, 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

Anexos

Anexo 1

Apresentaremos aqui o resumo dos capítulos 1, 2 e 3 da primeira parte da tese de doutoramento de Oliveira (1985), e que aborda a forma como Marx interpretou o período de gestação do modo de produção capitalista. Com isso pretendemos introduzir alguns conceitos teórico-históricos básicos que permitem a compreensão do período colonial brasileiro como elemento de um todo maior que foi a constituição do capitalismo.

(1) Desenvolvimento da Economia Mercantil, Manufatura e Acumulação Primitiva

A formação do modo de produção capitalista ou, em outras palavras, a sua gênese, passa, necessariamente, pela análise do capital comercial, que não é exclusivo do período de transição feudalismo-capitalismo, mas que tem, neste momento, um papel dominante sobre a esfera produtiva. Ele impulsiona a produção de mercadorias, processo que culmina na proletarização das massas, na transformação do produtor direto em mercadoria, em força de trabalho.

Através do capital comercial, o capitalista consegue valorizar o seu capital dinheiro dentro da esfera da circulação, adotando a lógica do "comprar barato para vender mais caro". Tal lógica encontra substrato em qualquer regime de produção em que estejam desenvolvidas as formas mercadoria e dinheiro, bastando haver uma inversão do processo de circulação simples das mercadorias:

circulação simples de mercadorias M-D-M --> divisão social do trabalho --> capital comercial --> D-M-D'

Isto configura o porque da precedência histórica do capital comercial sobre as outras formas de capital, além de mostrar que aquele é condição necessária, mas não suficiente na formação do modo de produção capitalista. Mais especificamente, a constituição do capital comercial não pressupõe a transformação do trabalhador livre em mercadoria, enquanto que a constituição do modo de produção capitalista e, portanto, das formas mais avançadas de capital, sim.

Neste momento de transição o capital comercial domina a esfera da circulação, mas ainda não penetrou na esfera produtiva. A consequência disto é que o lucro comercial baseia-se em trocas não equivalentes, trocas arbitrárias, não intermediadas pela lei do valor. Vigorando o capitalismo em todas as esferas econômicas, instaura-se a lei férrea da troca de equivalentes e o lucro comercial será a contrapartida da parcela de mais valia correspondente ao volume de capital comercial .

Outra forma pré-capitalista de K, é o K usurário que, como o seu irmão gêmeo, o K comercial, necessita apenas do desenvolvimento das formas mercadoria e dinheiro, a partir da inversão circulação simples de mercadorias. A remuneração do capital usurário também não está baseada na igualdade das trocas, diferindo do capital a juros.

(i) Vejamos como o capital comercial transforma a organização da produção, sem, contudo, revolucioná-la.

Dentro de um mesmo movimento, o capital comercial passa a estimular a divisão social do trabalho e a especialização da produção numa ponta, e na outra, passa a ser estimulado por esses mesmos fatores. Na transição a esfera da circulação é dominada pelo capital comercial, mas a produção ainda não é capitalista. O ponto de contato entre ambas as esferas é intensificado a partir do momento em que o comércio estimula a produção de valores de troca. As necessidades estimulam a produção de mercadorias, trocas em mercados em expansão, expandindo a divisão social do trabalho, rompendo a autosuficiência típica dos núcleos de produção pré-capitalistas (no caso, feudais).

O capital usurário também intensifica esse ponto de contato, na medida em que é no mercado que o produtor (independente) busca o dinheiro do usurário, aumentando a sua dependência desta nova estrutura e criando condições para a dissolução da velha estrutura.

(ii) Como o surgimento do trabalho assalariado pressupõe a mercantilização acentuada da produção, sem ser determinada por esta:

A ampliação do capital comercial passa a encontrar barreiras na independência dos produtores, de forma que surge a necessidade da esfera produtiva ser subordinada ao capital mercantil. Há que se subordinar o artesão urbano, e há que se romper os mercados locais, criando-se um mercado mundial - fenômeno materializado no surgimento do antigo sistema colonial.

A progressiva penetração do capital comercial e do usurário na esfera produtiva tem um caráter eminentemente transformador, mas não revolucionário. Deve-se buscar então, os fatores determinantes da transformação do trabalho livre em mercadoria (e, posteriormente a revolução da base técnica, com a introdução da máquina - grande indústria).

(iii) Surge uma questão central: como a ação dissolvente do comércio sobre o modo de produção feudal gerou as condições para a gênese do capitalismo?

A resposta está na própria natureza das formas de organização da produção do feudalismo: a agricultura camponesa e o artesanato urbano.

A organização social feudal caracterizava-se pela existência de pequenos produtores rurais (camponeses) atrelados à normas servis, e por pequenos produtores urbanos (artesãos) atrelados à normas corporativas. A crise do feudalismo afrouxou as amarras dos laços servis e das normas corporativas, tornando o substrato social sob o qual agiu o capital comercial repleto de pequenos produtores independentes, mais suscetíveis a ação dissolvente do comércio. Assim:

"(...) o regime feudal é dissolvido pela ação da capital comercial, mas a conformação da estrutura que resulta desse processo - a economia de pequenos produtores independentes - não dependeu do comércio, mas sim da natureza do regime de produção feudal" (OLIVEIRA, 1985, p.21)

É o impacto da crescente mercantilização sobre a estrutura de pequenos produtores independentes que gera o assalariamento.

"(...) a progressiva dissolução da comunidade rural, da servidão e das corporações, juntamente com o fato dos pequenos produtores serem proprietários das condições objetivas de trabalho são os fatores que potencialmente possibilitam a expropriação e o surgimento do trabalho livre(...)".
(OLIVEIRA, 1985, p.22)

(iv) Condições de proletarização e a formação do mercado de trabalho:

A expropriação gera a polarização da sociedade entre detentores dos meios de produção e proletários, necessária a conformação do modo de produção capitalista. Essa expropriação tem um caráter econômico e um extra-econômico:

I) econômico --> a subordinação da esfera produtiva ao capital comercial e ao capital usurário; os capitalistas podem fixar preços e juros, o que implica num "(...) poderoso mecanismo de expropriação dos pequenos produtores." (OLIVEIRA, 1985, p.23)

II) não-econômico --> a violência fundada no poder do Estado, que garantiu a institucionalidade da expropriação.

O passo seguinte está no surgimento do capital produtivo. Temos:

- 1) capital comercial e usurário
- 2) FT proletarizada

O capital dinheiro centralizado nas mãos de comerciantes e usuários defronta-se com os meios de produção e com o trabalho livre, gerando a situação propícia originária do capital produtivo. Basta agora utilizar-se o capital dinheiro na compra de FT e MP, de forma capitalista.

A MANUFATURA RESULTA DE TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA	
Mercantilização da produção	
Divisão social do trabalho	
Extensão dos mercados	----->> MANUFATURA
Proletarização dos produtores independentes	
Centralização do capital dinheiro	

Formas pretéritas de produção:

(i) Artesanato Feudal -> ainda dominante

(ii) Putting-out -> resulta da progressiva mercantilização da produção e do afrouxamento das normas gremiais. O produtor continua possuindo os instrumentos de trabalho - recebe matérias primas e devolve produtos - mas é crescente a sua subordinação ao comerciante e ao usurário.

(iii) Manufatura -> forma de cooperação baseada na divisão do trabalho. Incrementa o trabalho excedente (ainda que não em toda a sua potencialidade, que só é revelada com o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, com o advento da grande indústria, que garante as condições necessárias à autodeterminação do capital)

Características da manufatura: maior divisão técnica do trabalho; desqualificação (parcial) da FT; diminuição do valor da FT; aumenta a produtividade, via parcelização das tarefas e especialização das ferramentas (surge o trabalho coletivo); adaptada, ainda que não perfeitamente, o processo de produção às necessidades de continuidade e estabilidade do capital.

Acerca da manufatura há que se ressaltar dois fatos: em primeiro lugar ela não foi o regime de produção dominante da transição, coexistindo com o artesanato e o putting-out; em segundo lugar, ela não revolucionou as bases técnicas de produção (o que ocorrerá com o advento da máquina).

"(...) O caráter cooperado da divisão do trabalho cria o trabalhador coletivo e a manufatura aparece como mecanismo de produção, cujos órgãos são homens."
(OLIVEIRA, 1985)p.28)

Há na manufatura uma estreita ligação entre o trabalhador parcial (individual) e a sua ferramenta (especializada), de modo que o capital fica, até certo ponto, subordinado - tecnicamente - ao trabalho. Ele não domina completamente a esfera da produção; depende da habilidade do trabalhador parcial, sendo a sua rapidez que determina o ritmo e o tempo de trabalho socialmente necessários à produção das mercadorias. Isso limita a capacidade de exploração do K sobre o trabalho e, em última instância, limita o processo de acumulação do capital; com isso, a manufatura caracteriza-se por ser a "acumulação primitiva do capital", que só será autodeterminado na grande indústria.

Assim é o trabalhador que, de fato, regula o processo de trabalho na manufatura, apesar de não mais possuir os MP. A dominação do capital sobre o trabalho é apenas formal e, em última instância, a manufatura limita o pleno desenvolvimento do capital. Essa limitação se dá de duas formas:

(i) limita a valorização do capital: por não poder subordinar totalmente o trabalho e, por este ter um limite orgânico de exploração (a resistência física do trabalhador), temos que, na manufatura, só há a extração de mais valia absoluta;

(ii) impede o domínio do capital sobre a produção em toda a sua extensão, devido a estreiteza da sua base técnica, que não consegue suplantar o artesanato e o putting-out.

"(...) o processo de acumulação de capital da manufatura é um processo de acumulação primitiva (...) pois é o momento necessário da gênese do modo de produção capitalista e, tb., por que é violenta: exerce-se através da violência extra-econômica dos trabalhadores."(OLIVEIRA, 1985, p.32)

Na manufatura o valor da FT não é totalmente controlado pelo capital, pois: parte dos meios de subsistência (MS) são produzidos em setores pré-capitalistas; a baixa produtividade da mão de obra reduz pouco o valor da FT (limita a valorização do capital)

Na manufatura o salário é uma variável independente do processo de acumulação e, o que é mais grave, o limita. Dai resulta que a extração de mais valia absoluta (aumento da jornada de trabalho, por coação estatal, e não econômica) é a única fonte de acumulação - que é primitiva - do período manufatureiro.

O mercado de trabalho não consegue ser regulado pelo capital manufatureiro, que é incapaz de proletarianizar todos os produtores independentes, e por necessitar de mão de obra qualificada,

passível de um custoso aprendizado. A subordinação do trabalho ao capital depende de fatores extra-econômicos para se efetivar (p.34). Neste sentido a legislação veio garantir a disciplina necessária ao trabalho assalariado, bem como a regulação dos salários e da JT adequados à valorização do capital.

"Em resumo, não somente o surgimento de uma classe de trabalhadores livres é fruto da violência, mas sua subordinação e ampliação são garantidas pela força do estado, e isto como decorrência das limitações da base técnica da manufatura (...)" (OLIVEIRA, 1985, p.34-35)

Outra grave deficiência da manufatura está na inexistência de mercados em expansão. Tal ocorre devido a limitação da sua base técnica que não amplia a produtividade e, portanto, acaba gerando uma força que leva a composição orgânica do capital à constância. Necessariamente o mercado de MP é pouco dinâmico, onde a inexistência de um DI capitalista (ainda é artesanal) impede "(...) a autodeterminação do capital e conseqüentemente a expansão sustentada pelo próprio movimento de acumulação." (p.36). A questão dos mercados encontra solução, na manufatura, no âmbito do próprio capital mercantil. É a expansão do mercado mundial motivado pelo capital mercantil que garante a acumulação do capital manufatureiro. O Estado, através de políticas protecionistas e de reserva dos mercados coloniais garante, legalmente, o espaço da valorização do capital mercantil.

Temos então, que o período da gênese do capitalismo é marcado pelo convívio de diferentes formas de organização da produção: a agricultura mercantil, o artesanato, o putting-out, a manufatura. O capital mercantil foi incapaz de metamorfosear plenamente o sistema, dados os limites da sua valorização. Coube ao Estado a regulação, através da força, das condições necessárias a essa transição, vale dizer, a formação de um mercado mundial, o disciplinamento do proletariado, a determinação dos salários e da JT etc.

(2) Grande Indústria e Acumulação Capitalista.

É com o surgimento da produção mecanizada, organizada sob a forma da grande indústria, que a constituição do capitalismo se completa. A nova base técnica pode atuar sobre condições preexistentes, como: uma FT livre, mercados em expansão, capital monetário centralizado - garantindo a plena autodeterminação do capital.

(i) Qual a natureza da revolução operada no processo de produção resultante da mecanização?

Período Manufatureiro = Acumulação Primitiva

Grande Indústria = Acumulação, Processo de Valorização

O primeiro passo para a superação da manufatura é a transformação da ferramenta em máquina-ferramenta, superando-se a limitação orgânica do trabalhador no manuseio do seu

instrumento de trabalho. Temos a possibilidade de um significativo aumento da produtividade do trabalho, criando-se as condições necessárias à extração de mais valia relativa.

O operário passa a ter um papel secundário pois, num primeiro momento, simplesmente é fonte de força motriz para a máquina (que mais tarde será suplantado pela força motriz do vapor) e, num segundo momento, cabe-lhe apenas "supervisionar", acompanhar o desempenho da máquina (tarefa não especializada, que pode ser feita por mulheres e crianças). Com o advento da máquina a vapor, surge o sistema de maquinaria, ou seja, a utilização conjugada de diversas máquinas.

A produção mecanizada passa a superar as formas pretéritas - manufatura, artesanato e putting-out - processo que culmina quando as próprias máquinas passam a ser produzidas por máquinas (temos um DI -departamento produtor de bens de capital - capitalista):

" O último passo da revolução industrial ou da constituição das forças produtivas adequadas ao capital é representado pela implantação da produção fabril de máquinas, e assim, supera-se o último entrave herdado do período manufatureiro." (OLIVEIRA, 1985, p.46)

A natureza da revolução operada no regime de produção pela utilização de maquinaria esta em que, esta passa a ser determinada pela máquina agora elemento objetivo. A utilização de trabalho passa a ser uma variável dependente, regulada pelas diferentes máquinas utilizadas:

" As máquinas em seu funcionamento são agora responsáveis pelo ritmo do processo de trabalho e pela qualidade do produto. O volume de produção e o tempo de trabalho socialmente necessário a elaboração de cada mercadoria são tecnicamente determinados." (OLIVEIRA, 1985, p.47)

Desqualifica-se a FT, possibilitando a incorporação de mulheres e crianças no mercado de trabalho (MT). Há uma redução contínua no valor da FT, o que configura um meio de extração de mais valia relativa, pois amplia a apropriação de trabalho excedente. Com o advento das máquinas há uma separação real entre o trabalhador e os meios de produção (MP), coisa que na manufatura tinha um aspecto meramente formal, já que havia uma unidade técnica entre o trabalhador parcial e seu instrumento de trabalho.

(ii) Qual o processo de acumulação capitalista a partir da grande indústria?

A lógica da acumulação capitalista está baseada na apropriação de trabalho excedente - a mais valia:

"(...) o regime de produção capitalista tem por objetivo a máxima valorização do capital, valorização que, em sua forma especificamente capitalista, resulta da extração de mv relativa o que indica que a produtividade do trabalho é crescente." (OLIVEIRA, 1985, p.52)

AUMENTA C/V --> AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

O aumento da composição orgânica do capital (c/v) implica que DI cresce mais rapidamente que DII (departamento produtor de bens salário) ou, que o mercado de MP cresce mais rapidamente do que o mercado de meios de consumo.

A concorrência inter-capitalista pressiona o capitalista individual no sentido de revolucionar tecnicamente sua produção, intensificando o processo de inovação técnica, que aumenta c/v e desemprega (relativamente) FT:

"(...) a acumulação de capital se processa a taxas superiores ao incremento do emprego industrial." (OLIVEIRA, 1985, p.54)

O processo de acumulação de capital passa a regular o MT e o valor da FT - onde é possível, até mesmo, um aumento do salário real, contrabalançado por um aumento mais que proporcional da taxa de exploração.

" O movimento de acumulação, dada a natureza da inovação técnica que traz consigo, não somente vai produzindo e reproduzindo um exercito industrial de reserva, mas também vai constantemente reduzindo o valor da FT, o que permitira que, mesmo e circunstâncias favoráveis aos trabalhadores, quando se produzem aumentos de salários reais, estes aumentos sejam compatíveis com taxas de mv crescentes." (OLIVEIRA, 1985, p.55)

Dentro disto, DI é o setor essencialmente dinâmico do capitalismo, dado que cresce mais rapidamente que DII, mesmo por que, c/v esta crescendo.

(3) Gênese do Capitalismo: as Mediações Históricas

Para Olivera a construção de mediações históricas é necessárias à compreensão do desenvolvimento capitalista. Pois, no seu entender, o que Marx fez nos capítulos históricos do Capital foi uma gênese lógica desse processo. Assim, temos determinações gerais que acabam imersas em fatos históricos. o que leva muitas pessoas a interpretar este estudo de Marx, como sendo específico para o capitalismo inglês, paradigma para os demais. Na verdade, tal não ocorre:

"(...) Marx não produziu nem a história do capitalismo inglês, nem teoria da gênese do capitalismo, mas fixou os momentos lógicos comuns a formação de qualquer capitalismo numa análise saturada por circunstância históricas específicas." (OLIVEIRA, 1985, p.67)

A forma como cada substrato histórico específico se combina com os momentos lógicos descritos por Marx (e sumariados nos dois capítulos anteriores), garante as diferenças nos desenvolvimentos capitalistas de diferentes países e épocas. A impossibilidade de se constituírem "modelos" explicativos destes desenvolvimentos leva o autor a propor determinações gerais, que sirvam de instrumento de análise do real.

"(...) o que estamos propondo é a formulação de certos padrões teóricos, construídos através de mediações históricas, ou seja, uma abordagem que se afasta tanto dos modelos como de uma teoria geral da gênese do capitalismo." (OLIVEIRA, 1985, p.68)

Mediações:

(i) **Estrutura Econômica** -> está é a primeira mediação histórica necessária ao entendimento do surgimento do capitalismo em qualquer país. É fundamental se entender o regime de produção que precede a formação do capitalismo, já que os impulsos deste produzem diferentes dinâmicas sociais, de acordo com a estrutura econômica anterior.

(ii) **Etapa do Capitalismo Mundial** -> enquanto a estrutura econômica define a situação local do país que virá a ser capitalista, a etapa do capitalismo à nível mundial define o contexto de inserção internacional que influenciará esse processo. Ao mesmo tempo em que "(...) a natureza e o ritmo dos movimentos das relações internacionais são determinados, em última instância, pelo processo de acumulação das nações dominantes(...)" (OLIVEIRA, 1985, p.85), a evolução das economias nacionais está imbricada neste sistema internacional sem, contudo, ser um mero reflexo dele.

Com esse duas mediações pode-se pensar em construir relações mais gerais, que não tenham a pretensão de ser uma lei geral do desenvolvimento capitalista e, que não caim no especificismo do tipo "cada caso é um caso". Não sendo absoluto as especificidades, "(...) a identificação das circunstâncias históricas nos permite reduzir a multiplicidade dos capitalismos nacionais a certos padrões de formação do capitalismo em diferentes nações." (OLIVEIRA, 1985, p.86). Podemos ter então:

CAPITALISMO ORIGINÁRIO	passado feudal + acumulação primitiva, que é o caso da Inglaterra.
CAPITALISMO ATRASADO	passado feudal + etapa concorrencial, são exemplos a Alemanha, a França etc
CAPITALISMO TARDIO	passado colonial + etapa monopolista, são exemplos os países da América Latina.

Anexo 2

Este anexo explorará a conceituação feita por Marx do regime de produção especificamente capitalista, a partir da perspectiva que é com subordinação real, e não mais formal, do trabalho ao capital, através da constituição de forças produtivas especificamente capitalistas - leia-se com a Grande Indústria - que o capital passa a ter condições de auto-determinar-se.

A produção capitalista é, em última instância, produção de mais-valia. O sistema se expande pela constante apropriação de trabalho excedente não pago, a mais-valia. A mola interna que impulsiona essa expansão, garantindo ao capital a realização plena da sua essência - ser valor que se valoriza permanentemente, em processo - está representada na taxa de mais-valia(m/v), que enquanto uma taxa de exploração(TE/TN) relaciona as duas partes constitutivas da jornada de trabalho, ou seja, tempo excedente(TE) e tempo necessário(TN). O tempo necessário é aquele em que a força de trabalho reproduz seu próprio valor, enquanto tempo excedente é o restante, apropriado pelo capitalista enquanto um mais valor

Expandir o sistema, valorizar crescentemente o capital, realizar sua essência etc, essa é a lógica capitalista de produção, que passa necessariamente pelo aumento da extração da mais-valia, ou melhor, pelo aumento da taxa de mais-valia. Isto pode acontecer de duas formas, considerando-se que a força de trabalho (FT) é adquirida pelo seu valor: dada uma produtividade do trabalho constante, só se eleva a taxa de mais-valia pelo aumento da jornada de trabalho; dada a jornada de trabalho constante (o que é de se esperar ao longo do desenvolvimento "institucional" do capitalismo) só se aumenta a taxa de mais-valia pelo aumento da produtividade/intensidade do trabalho. Temos então, que a primeira forma apresentada expressa a mais-valia absoluta (mvA), enquanto a segunda é a mais-valia relativa (mvR).

A mais-valia absoluta é o resultado da extensão da jornada de trabalho (JT) de forma a aumentar TE , "horizontalmente". Já a mais-valia relativa ao partir de uma dada JT está associada à mudanças nos métodos de produção que reduzam, internamente, o TN , de forma a também aumentar o TE . Explicita-se uma diferença marcante entre ambas se considerarmos, conforme visto acima, que o que está em jogo é o aumento da taxa de mais-valia - a mola interna de propulsão do sistema. A mvA é uma base estreita de valorização do capital, pois está acentada na necessidade de uma "coação externa", o aumento da JT . Já a mvR possibilita um mecanismo endógeno de aumento da taxa de mais-valia de forma que representa mais fielmente a essência do capital, sendo revolucionária ao implicar a constante mudança interna do processo de produção.

" A produção de mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção de mais valia relativa **revoluciona totalmente**

os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais."(MARX, 1989, p.585 - grifos nossos)

Para entendermos o caráter revolucionário da mvR e o porquê desta subentender a subordinação real, temos que começar analisando a mvA, que precede lógica e historicamente a mvR.

Definida a mvA temos que ela está conceitualmente relacionada ao que Marx denominou "modo capitalista de produção" e à "subordinação formal" do trabalho ao capital.

" Denomino *subsunção formal do trabalho no capital* à forma que se funda na mais-valia absoluta, pois que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (*producer*. Ing.) atua como empregador de si mesmo (*self-employing*. Ing.), seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem. O que muda é a *coaço* que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido." (MARX, 1969. p.94)

Marx está ressaltando, através da mvA, que mesmo não se alterando a natureza do processo de trabalho - sua base técnica - pode-se gerar um mais valor (que já é capital) e expandir-se a produção de riqueza. A inclusão do trabalho no processo de valorização não pressupõe, então, uma revolução técnica. É da natureza da coisa que a subordinação do trabalho ao capital ocorra sobre uma base técnica anterior. Assim a subordinação é "formal" e serve como um elemento de diferenciação entre o "modo capitalista" e as formas pretéritas de produção. O capital surge e já subordina o trabalho, pois este confronta-se com algo que lhe é externo: os meios de produção, enquanto capital, confrontam-se com o trabalho e são propriedade alheia, do capitalista.

É sobre a base da mvA, no plano pertinente à "subordinação formal" e ao "modo capitalista" de produção, que o capital passa a desenvolver-se plenamente, agora no plano da mvR, da "subordinação real", no que Marx denomina de "modo especificamente capitalista de produção". O plano da mvA serve de contraponto no desenvolvimento lógico da mvR:

" (...) *o modo de produção especificamente capitalista* (trabalho em grande escala, etc., que, como indicamos, se desenvolve no decurso da produção capitalista revolucionária não só as relações entre os diversos agentes da produção. mas também simultaneamente o caráter desse trabalho e a modalidade real do trabalho no seu conjunto. É por oposição a essa última que denominamos *subsunção formal do trabalho no capital* à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista." (MARX, 1969, p.89)

Ao atuar sobre um modo de trabalho preexistente, o capital só encontra uma forma de extrair mais-valia: o prolongamento do tempo de trabalho, que caracteriza a mvA e que corresponde

à subordinação formal. A partir daí podemos ter a mvR, pois há uma revolução no regime produtivo, que tem as seguintes características:

1) O mecanismo de aumento da taxa de mais-valia está endogenizado no processo de produção. O capital liberta-se da estreita base de valorização representada pela mvA;

2) Há, assim, uma aplicação consciente de métodos que visem reduzir permanentemente o valor da FT. O capitalista individual se sente impulsionado a tentar burlar a lei do valor, busca "(...) fazer descer o *valor individual* da sua mercadoria *abaixo* do valor socialmente determinado." (MARX, 1969, p.108). Há uma tendência permanente à revolução dos métodos produtivos e à incorporação da ciência no processo de produção;

" As forças produtivas *sociais* do trabalho, ou por outra, as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por via da cooperação, da divisão do trabalho no interior da oficina, da aplicação da *maquinaria* e , em geral, da transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química, etc., e da *tecnologia*, etc., com determinados objetivos, assim como os *trabalhos em grande escala* a que tudo isto correspondem (...)" (MARX, 1969,p.92)

3) Amplia-se a escala de produção, e sobre essa nova base desenvolvem-se " (...) as *relações de produção* - correspondentes ao *processo produtivo* capitalista - entre os diversos agentes de produção e, em particular, entre os capitalistas e assalariados." (MARX, 1969,p.92). Agora, no plano da maR não temos mais um mestre artesão, que mesmo detendo os meios de produção, isto é, sendo um capitalista, se relaciona com seus artesões-assalariados enquanto tal(mestre-artesão). As relações capitalistas de produção passam a ser predominantes em todas as esferas, determinando as relações entre capitalistas e assalariados, entre capitalistas e capitalistas etc. O capital se expande por todos os setores, passa a domina-los inteiramente:

" A fiação mecânica leva à tecelagem mecânica; a fiação mecânica na indústria algodoeira à fiação mecânica da lã, do linho, da seda etc. O emprego intensivo da maquinaria nas minas de carvão, nas manufaturas de algodão etc., tornou necessária a introdução do modo de produção em grande escala na construção das próprias máquinas." (MARX, 1969, p.106)

4) O volume de capitais passa a ser significativo, "(...) a subsunção *real* do trabalho no capital - `o modo de produção capitalista propriamente dito - só entra em cena quando se apoderam capitais de certa grandeza(...)" (MARX, 1969, p.96)

Contrapondo a mvR à mvA pudemos demonstrar o caráter revolucionário da primeira. Subentende-se nisso uma **subordinação real do trabalho ao capital**, posto que aqui, no plano da mvR, do modo especificamente capitalista de produção, a inclusão do trabalho no processo de valorização tem uma diferença real, de alteração da base técnica. Agora, o capital não está atuando

num modo de trabalho preexistente, donde o caráter "formal" da subordinação no plano da $m\bar{v}A$, e sim, sobre uma base que é "especificamente" capitalista. O capital assume plenamente a função de sujeito, enquanto o trabalho, mais do que nunca, aparece como objeto, no processo de valorização.

" Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário." (MARX, 1969. p.105)